

ELITES POLÍTICAS NO IMPÉRIO: BAHIA, 1828-1834

Nora de Cassia Gomes de Oliveira *

Com a Constituição, outorgada em 25 de março de 1824, a administração e organização política das províncias foi alterada. Além do que foi estabelecido pela lei de 20 de outubro de 1823, instituiu-se o Conselho Geral de Província.¹

Esse Conselho, segundo a nova legislação, era uma forma de “reconhecimento e garantia do direito do cidadão intervir nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”.² Nas províncias mais populosas, era composto por vinte e um membros, nas demais, por treze. Essa formação se diferenciava bastante dos órgãos que existiam até então, como as Câmaras municipais e o Conselho de Governo e até mesmo as bancadas de Deputados Gerais.³

Dentre essas várias instâncias de atuação política, o Conselho Geral de Província se apresenta como uma esfera de poder, capaz de congregar uma representação provincial, pelo menos em tese, mais ampla do que outras instituições. Por isso, o objetivo desse artigo é apresentar reflexões iniciais sobre o perfil de parte da elite política baiana que atuou na província, no período de 1828 a 1834, a partir da composição desse Conselho.⁴

Apesar de instituído em 1824, o Conselho Geral de Província passou a existir, na prática, a partir de 1828, quando a Assembleia Geral aprovou o Regimento, através Lei de 27 de agosto de 1828, que definiu minuciosamente sua estrutura, funcionamento e atribuições.

Na província da Bahia, durante a vigência do CGP, tomaram assento 49 Conselheiros, entre efetivos e suplentes. Esses sujeitos não constituem a totalidade daqueles que estiveram na posição de decidir politicamente, mas se apresentam como uma amostra significativa, considerando-se que muitos deles ocuparam outras instituições, o que demonstra o número limitado dos membros dessa elite.

Quadro 1 - Presença dos membros do conselho geral de província nas sessões. 1828-1834.

Nº	Condição eleitoral	CONSELHEIRO	1ª sessão 1828-29	2ª sessão fev. a maio 1830	3ª sessão nov. a fev. 1830 - 1831	4ª sessão nov. a fev. 1831-32	5ª sessão nov. a fev. 1832-33	6ª sessão nov. a fev. 1833-1834
1	Supl.	Antonio Augusto da Silva		x				
2	Efet.	Antonio Calmon Du Pin de Almeida	x	x				
3	Supl.	Antonio Pacheco de Almeida Ceslau		x				
4	Efet.	Antonio Pereira Rebouças			x	x		
5	Supl.	Antonio Policarpo Cabral		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.

* Professora de História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus V). Doutoranda do Curso de pós Graduação em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ O Executivo, nas províncias, era exercido por um presidente, escolhido e nomeado pelo Imperador, assim como o secretário de governo e o Comandante das Armas. O presidente contava com o auxílio do Conselho de Governo, que era formado por seis membros eleitos nos moldes das eleições para deputados, incluindo-se o critério de terem 30 anos e residido na província por, no mínimo, seis anos.

² Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Capítulo V – Dos Conselhos Gerais e suas atribuições. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição_24.htm acesso em 30/04/2016.

³ Na *Instituição* para as primeiras eleições gerais de 1824, a maior bancada da Assembleia Geral era a de Minas Gerais com 20 deputados, depois Bahia e Pernambuco com 13. As demais tinham menos de 10 deputados. As Câmaras municipais tinham três vereadores, um Procurador e o Presidente que podia ser o Juiz de Fora ou Ouvidor da Comarca. O Conselho de Governo era composto por seis membros.

⁴ O Conselho Geral da Província doravante será referenciado no texto como CGP.

6	Supl.	Antonio da Silva Teles		x				
7	Supl.	Antonio Teixeira de Freitas Barbosa	x	x				
8	Efet.	Antonio Vaz de Carvalho	x	x				
9	Supl.	Bento de Araújo Vilas Boas		x				
10	Efet.	Cristovão Pessoa da Silva			x	x	x	x
11	Supl.	Felipe Manuel de Castro			x	x	x	x
12	Efet.	Francisco Antonio de Souza Uzel	x		x	x	x	
13	Efet.	Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque		x				
14	Efet.	Francisco José Lisboa	x	x				
15	Supl.	Francisco Marcelino Gesteira			x	x	x	x
16	Efet.	Francisco Ribeiro Pessoa				x	x	
17	Efet.	Francisco de Paula Araujo e Almeida			x	x	x	
18	Supl.	Honorato José de Barros Paim						x
19	Efet.	Inocência Jose de Castro			x			
20	Supl.	Inocência José Galvão			x	x	x	x
21	Supl.	Joaquim Carneiro de Campos				x	x	x
22	Efet.	Joaquim Inácio da Silva Pereira			x	x	x	x
23	Efet.	Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x					
24	Efet.	Joaquim José Pinheiro Vasconcelos	x			x		
25	Efet.	João Carneiro da Silva Rego	x	x	x		x	x
26	Supl.	João Duarte da Silva Uzel (Pe.)		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.
27	Supl.	João Francisco de Oliveira e Almeida			x	x	x	
28	Efet.	João Gonçalves Cezimbra			x			
29	Efet.	João Ladislau de Figueiredo e Melo	x	x	x	x		
30	Supl.	João Quirino Gomes (Pe.)				x	x	x
31	Efet.	João Ricardo da Costa Dormund	x	x				
32	Supl.	José de Barros Reis			x	x	x	x
33	Efet.	José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)		x				
34	Supl.	José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes		x				
35	Supl.	José Maria Brayner (Pe.)				x	x Efet.	
36	Efet.	José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)	x	x	x		x	x
37	Supl.	José Rodrigues de Figueiredo				x	x	
38	Supl.	Lázaro Manuel Muniz de Medeiros		x				
39	Efet.	Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)	x	x	x	x	x	x
40	Efet.	Luis dos Santos Lima			x			
41	Supl.	Manuel Gonçalves Maia Bitencourt	x	x				
42	Efet.	Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)			x			
43	Efet.	Pedro Ferreira Bandeira	x	x				
44	Supl.	Simão Gomes Ferreira Veloso						x
45	Efet.	Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)	x	x	x	x		

Fonte: CASTRO, Renato Berbet de. - *História do Conselho Geral da Província da Bahia, 1824- 1834*. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1984; BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Conselho Geral de Província. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, Bahia, 1954, Ano 9, Nº 9, p.113-146

Efet. – efetivo **Supl.** - suplente.

Entre os 49 conselheiros que tomaram posse no Conselho Geral de Província podemos verificar que um número significativo era natural da cidade de Salvador e das vilas do Recôncavo, o que revela a projeção política e econômica dessa região em detrimento das outras vilas das Comarcas. Os nascidos na capital eram doze, aproximadamente 24,5% Antonio Augusto da Silva, Antonio Policarpo Cabral, Antonio Vaz de Carvalho, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Francisco José Lisboa, Francisco de Paula Araujo e Almeida, José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, João Ricardo da Costa Dormund, Pedro Ferreira Bandeira, José Cardoso Pereira de Melo, José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes. No Recôncavo eram 5 ou 10,2% : Antonio Calmon Du Pin e Almeida e Honorato José de Barros Paim, na vila de Santo Amaro; Antonio Pereira Rebouças, em Maragogipe; José Ribeiro Soares da Rocha, na freguesia de S. Pedro do Monte de Muritiba, no termo da vila de Cachoeira e Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, na vila de São

Francisco.⁵ Esses percentuais tendem a aumentar a medida que forem identificados os dados para os outros membros do Conselho.

Além do vínculo de nascimento, os conselheiros mantinham laços familiares e materiais com a região da Capital e Recôncavo. Apesar de não identificarmos as relações familiares de todos os Conselheiros, podemos dizer que alguns pertenceram ou estabeleceram relações de parentesco com proeminentes famílias baianas. Os laços matrimoniais serviram para unir e fortalecer ainda mais as famílias abastadas. Era comum que os casamentos fossem realizados entre parentes. Pedro Ferreira Bandeira - sobrinho do importante negociante e proprietário de engenhos, Pedro Rodrigues Bandeira - foi casado com sua prima, Anna Francisca de São José Viana, filha de uma de suas tias com Francisco Vicente Viana, também proprietário e primeiro presidente da província, que era seu sogro. José Rodrigues de Figueiredo era cunhado de José Joaquim Muniz Barreto de Aragão e Menezes, membro da influente família Muniz.⁶ Outra união de famílias importantes juntou os Pires de Carvalho e os Bulcão. Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, o primeiro Barão de São Francisco, casou-se com Joaquina Maurícia de S. Miguel de Aragão, irmã da mãe de Francisco Elesbão Pires de Carvalho, ambos os membros do Conselho Geral de Província.⁷

A projeção social dessas famílias está associada, em parte, às suas propriedades latifundiárias, muitas delas localizadas nas freguesias rurais de Salvador ou nas áreas mais propícias para a lavoura da cana de açúcar, no Recôncavo baiano. Pedro Ferreira Bandeira era dono do Engenho do Buraco, situado na freguesia do Passé, no termo da cidade de Salvador. José Muniz Barreto de Aragão e Menezes tinha como parte de seu patrimônio, o Engenho Guaíba, herança de sua esposa Josefa Joaquina Gomes Ferrão Castelo Branco.⁸ João Ladislau de Figueiredo era o proprietário do engenho Campina Grande, localizado na Freguesia das Brotas, termo da cidade de Salvador. A Antonio Vaz de Carvalho pertencia os engenhos Conceição de Itapagipe, na Freguesia de Paripe, e o Engenho Santa Barbara das Pindas, na Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga; Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, possuía o Engenho Guaíba do Bulcão, Engenho d'Água, Engenho Novo, Cassarangongo, e Bento de Araujo Lopes Vilas Boas era o proprietário do engenho Pimentel, e do Engenho Bom Gosto, todos situados no termo da vila de São Francisco do Conde. Inocêncio José Galvão era dono do Serapohí, no termo da vila de Valença, na Comarca dos Ilhéus. O Coronel Simão Gomes Ferreira Veloso era dono do engenho Nossa Senhora das Mercês, na Freguesia Santa Anna do Catu.⁹

⁵ Foi possível identificar o lugar de nascimento dos Conselheiros através das seguintes fontes e obras: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. V. III. SOBRINHO, J. F. Velho. *Dicionário bio-bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. V.1. MORAIS, Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940. SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000. BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. *Famílias Bahianas*. Bahia: Imprensa Oficial, 1946, v. 3.

⁶ TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX*. Salvador: Cian, 2011. (Coleção A viagem de Naeher) e *A Grande Salvador- Posse e uso da terra*. Projetos Urbanísticos integrados. Salvador: Bureau, 1978, trazem, respectivamente, a árvore genealógica das famílias Bandeira, Viana e Moniz e a da Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila. Sobre a tipologia da família baiana ver MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, especialmente capítulo 10.

⁷ BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. *Famílias Bahianas*. Bahia: Imprensa Oficial, 1946, v 1. CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983, p. 166-168.

⁸ TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX*. Salvador: Cian, 2011. (Coleção A viagem de Naeher). P. 282-83

⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Livro de Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais Administrado pela Junta da Fazenda Real, 1807. Livro 632. Seção Colonial/ Provincial. Documento Micro filmado. .

Mas, se no Conselho Geral de Governo encontramos membros de abastadas famílias baianas, o contrário também foi possível. Em 1823, Cristovão Pessoa da Silva justificou, junto ao Conselho Interino de Governo, sua dificuldade em deixar a cidade de Salvador, justamente por preocupação com a família. Argumentou que seus “réditos eram demasiados módicos, por consistirem no ordenado que percebia como Oficial Maior da Junta da Fazenda” e que a “tênue sobrevivência” que proporcionava à família poderia se agravar com sua ausência da cidade. Mesmo assim, decidiu deixá-la sob os cuidados do sogro, e partir para Cachoeira.¹⁰

A posição social conseguida à custa da condição material era ostentada também com outros símbolos. Fazer parte do quadro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia era motivo de orgulho para os mais abastados e aspiração para aqueles que queriam ascender socialmente. A Santa Casa da Misericórdia era uma das irmandades mais importantes da Bahia, no século XIX.¹¹ Entre os Conselheiros, vinte pertenceram à Instituição, ocupando diferentes cargos e posições. Ser Provedor da Misericórdia era, sem dúvida, ter um lugar de relevo na Santa Casa e na sociedade. Ele era escolhido entre os irmãos de maior recurso, boa posição social e capacidade de liderança. Foram provedores Antonio Vaz de Carvalho, em 1824, o padre Lourenço da Silva Magalhães Cardoso, em 1828-1829, João Ladislau de Figueiredo e Melo, em 1830 e Honorato José de Barros Paim, de 1831 até 1832. Como Definidor da Junta temos Francisco Antonio de Souza Uzel e Francisco José Lisboa, em 1824/1825, João Gonçalves Cezimbra, em 1831/32, e como Escrivão da Mesa, Joaquim Carneiro de Campos, em 1826/27 e Lázaro Manuel Muniz de Medeiros, em 1827. E como irmão, ainda sem identificação de funções específicas, temos Antonio Augusto da Silva, Antonio Calmon Du Pin e Almeida, Antonio da Silva Teles, Inocêncio José Galvão, Inocêncio José de Castro, João Duarte da Silva Uzel, João Ricardo da Costa Dormund, José de Barros Reis, José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes. Bento Araujo Vilas Boas e Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque ingressaram em 1830 como Irmãos, mas como não assinaram o termo tiveram sua condição anulada em 1845.¹²

Outro indicativo do prestígio social eram os títulos e honrarias recebidas do Governo imperial. Na Bahia, os agraciados com títulos de nobreza, entre aqueles que estudamos, foram poucos. Eram senhores de terras e escravos, que exerceram influência nas localidades onde residiam ou tinham suas propriedades, e que se destacaram na guerra de independência, na província. Entre os Conselheiros, cinco receberam o título de barão, o mais baixo na hierarquia da monarquia brasileira.¹³ O governo imperial recompensou aqueles que mais “se distinguiram na luta gloriosa contra os opressores lusitanos”. Em 10 de novembro de 1824,

¹⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior, Negócios de província e Estado. *IJJ⁹ 549 correspondência de Presidente de província. 1826-1844.

¹¹ Sobre a Santa Casa de Misericórdia na Bahia ver RUSSELL- WOOD, A. J. R. *Fidalgo e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia na Bahia*. Editora Universidade de Brasília, 1981. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007. (Coleção Bahia de Todos), SANTANA, Angela. *Santa Casa de Misericórdia e sua prática educativa, 1862-1934*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2012.

¹² Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Livro 6º de Termos de Irmãos 30/10/1797 a 27/11/1834. Estante A, numeração 6; Livro 4º das Eleições dos Provedores e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia, 02/07/1791 a 28/03/1860. Estante A, numeração 36. SILVA, Octavio Torres da. Santa Casa de Misericórdia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição Comemorativa, 1823-1923. Salvador, 1923, p. 236-256.

¹³ Morel apresenta a seguinte hierarquia, em ordem decrescente, na titulação da monarquia brasileira: Imperador, Imperatriz, príncipe herdeiro, princesa, duque, marquês, conde, visconde com grandeza, visconde sem grandeza, barão com grandeza, barão sem grandeza. In: MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores, e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, especialmente capítulo 5, p.191. BARMAN, Roderick J. Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos títulos no Brasil imperial. *Mensário do Arquivo Nacional*, nº 6, Rio de Janeiro, 1973. p.4-21. MALERBA, Jurandir. De homens e títulos: a lógica das inserções sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da Independência. In: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV. 2006. p.153-177.

Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque e Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão foram recomendados pelo presidente Francisco Viana, como merecedores da “munificência de Sua Majestade Imperial”.¹⁴ Em 1º de dezembro de 1824, Francisco Elesbão recebeu o título de Barão de Jaguaripe e Joaquim Ignácio, o de Barão de São Francisco.¹⁵ Em 5 de abril de 1826, foi a vez de Antonio Teixeira de Freitas Barbosa obter o título de Barão de Itaparica, e em 13 de outubro de 1828, José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes foi comunicado que havia conseguido a mercê do título de Barão da Itapororoca.¹⁶ Apesar de não localizarmos o documento que titula Bento de Araújo Vilas Boas, várias outras fontes se referem a ele como o Barão de Maragogipe.

A concessão de mercês, através das Ordens Honoríficas, foi uma prática comum adotada pela Corte portuguesa desde a sua chegada às terras americanas. O Hábito da Ordem de Cristo foi concedido, em 1809, a Lázaro Manuel Muniz de Medeiros; em 1819, a Antonio Augusto da Silva e a Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque; em 1820, a Bento de Araújo Vilas Boas. Durante a regência e reinado de D. Pedro I, mais da metade dos membros do CGP foi contemplada com a Ordem de Cristo, do Cruzeiro e da Rosa, sendo as duas últimas criadas após a independência.¹⁷ A concessão mais comum foi a do Hábito da Ordem de Cristo, oito conselheiros a receberam. Sete eram Comendadores e quatro Cavaleiros. Da Ordem do Cruzeiro, seis Cavaleiros, seis Oficiais, três Dignatários. A Ordem da Rosa foi concedida a dois Conselheiros, nos graus de Grande Dignatários, e no de Oficial.¹⁸

Em relação à formação, doze dos 49 conselheiros, ou seja, aproximadamente 24,5% dos até aqui identificados, tinham curso superior. A Universidade de Coimbra foi a instituição mais procurada entre os futuros conselheiros e a opção predominante foi pelo curso de Direito. Esse curso, tradicionalmente, foi o escolhido por aqueles que tinham pretensões de ingressar no serviço real. De acordo com a relação dos estudantes brasileiros em Coimbra, sete deles se matricularam e, tudo indica, formaram-se em Direito no início do século XIX, nessa universidade. Foram eles Antonio da Silva Teles (1801), Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos (1813), João Ricardo da Costa Dormund (1815), Honorato José de Barros Paim (1816), Antonio Calmon Du Pin de Almeida (1817), Antonio Vaz de Carvalho (1819), Francisco José Lisboa (1820).

¹⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824.

¹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ordens honoríficas, Fundo 69, Cx 787.

¹⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior, Negócios de Província e Estado. *IJJ9-540 Decretos e avisos a diversas autoridades, 1826-1844.

¹⁷ D. Pedro criou três ordens Honoríficas para condecorar seus súditos e retribuir a fidelidade jurada. A Ordem Imperial do Cruzeiro, de 1º de dezembro de 1822, com os graus de Grão Cruzes, Dignatários, Oficiais e Cavaleiros. Em 16 de abril de 1826, para marcar o momento do reconhecimento da Independência do Brasil, criou a Ordem de D. Pedro I, com graus de Grão Cruzes, Comendadores e Cavaleiros. A Imperial Ordem da Rosa, foi criada em 17 de outubro de 1829, para celebrar o seu segundo casamento com a princesa Amélia de Leuchtemberg. Seus graus eram Grão Cruzes, Grande Dignatários, Dignatários, Comendador, Oficiais e Cavaleiros. A Ordem de Cristo, de 14 de agosto de 1318, a Ordem de S. Bento de Aviz, de 13 de agosto de 1162 e a Ordem de São Tiago da Espada foi renovada e aumentada em 13 de maio de 1808, tendo elas três graus: Grão Cruz, Comendador e Cavaleiro. Resumo histórico das Ordens do Império In: *Almanak administrativo, comercial e industrial da província da Bahia para o ano de 1873*. Ano 1, Bahia, Tipografia de Oliveira Mendes & C. 1872. P. 7-22.

¹⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ordens Honoríficas, Cx: 787, 787A, 787 C, 788, 789, 800. Ministério do Império, Fundo 53, Códices: 14, v. 2,3; 15 L. 1,3,4, 5,6, 7, 9, 10, 11; Graças Honoríficas, Fundo 37, Caixas: 787, pac.127. Registro Geral das Mercês, Fundo 82, Códice 137- livros 7, 9, 24, 47, 48, 49, 51,60, 67, 69, 71, 74, 75. Diversos Códices da antiga SDH, Fundo: NP, Códice: 1164 v.1 e 2.

As outras opções foram o bacharelado em Filosofia, cursado por José Cardoso Pereira de Melo (1797) e José Ribeiro Soares da Rocha (1806), e o curso de medicina como opção de Antonio Policarpo Cabral (1817).

Entre os sete conselheiros que fizeram o curso de direito, todos ocuparam um lugar na Relação da Bahia. Mas, antes disso, assumiram outros cargos no sistema Judiciário da província. O cargo de Juiz de Fora aparece no início de carreira de alguns deles. Antonio Augusto da Silva ocupou este lugar para as vilas de Jaguaripe e Maragogipe, em 1810. Concomitantemente, assumiu o cargo de Provedor dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, sendo reconduzido aos cargos em 1812. Depois foi Juiz de Fora, em Salvador, em 1819. Em 1819, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, assumiu essa função nas vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde. Em Cachoeira, atuaram como Juiz de Fora, dois outros futuros Conselheiros. João Ricardo da Costa Dormund nomeado para o cargo e para provedor de defuntos, capelas e resíduos da vila, em, 1825, e Vaz de Carvalho que exerceu a função entre 1825 a 1828.¹⁹ Honorato José de Barros Paim, assumiu esses mesmos cargos na Cidade da Bahia, em fevereiro de 1825. Antonio Calmon Du Pin de Almeida, em 3 de junho de 1824, era Juiz de Órfãos da cidade da Bahia.²⁰

Outro segmento que marcou presença no Conselho de Província foi o eclesiástico. Entre os conselheiros havia nove padres, o equivalente a 18,4%. Vicente Ferreira de Oliveira, Manoel José Gonçalves Pereira, Lourenço da Silva Magalhães Cardoso, José Cardoso Pereira de Melo, José Ribeiro Soares da Rocha, João Quirino Gomes, José Maria Brayner, João Duarte Silva Uzel e Antonio Pacheco da Silva Ceslau.

Além das funções religiosas, desempenharam outras atividades, principalmente a de professor. Antonio Pacheco da Silva Ceslau, residente em Salvador, na ladeira do Carmo, exerceu essa atividade durante muitos anos, como professor público de Gramática Latina, na capital da província. Em 1812, tinha 27 alunos matriculados.²¹ O padre chantre José Ribeiro Soares da Rocha, foi professor de Retórica pelo menos desde 1812, na cidade da Bahia. Em 12 de julho de 1832, conseguiu, do governo regencial, a mercê do jubilamento com o recebimento do “ordenado por inteiro”, cuja documentação estava sendo encaminhada para a aprovação da Assembleia Geral.²²

Outro padre que desempenhou as funções de professor foi José Cardoso Pereira de Melo, morador na Rua do Rosário, n. 28. Em 1825, era professor, na cidade da Bahia, de Filosofia Racional e Moral, mas solicitou ao Governo Imperial, a cadeira de Geometria. Em 5 de abril de 1826, por Carta Imperial, o pleito foi concedido, mas o professor teria que abrir mão da cadeira de Filosofia, pois não era permitido acumular os dois cargos.²³

A correspondência entre o Governo Central e o presidente da província demonstra que houve disputa pela vaga entre Pereira de Melo e o padre João Quirino Gomes. Provavelmente, em 1828, o primeiro ainda continuava acumulando os dois cargos. Mas o Governo determinou ao presidente Barbuda que expedisse as ordens necessárias para que João Quirino

¹⁹ Compunha a Câmara de Cachoeira, os vereadores: José Moreira Guimarães, Manoel Teixeira de Freitas, Francisco Gomes Moncorvo, Francisco de Sales Ferreira. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça. IJ1-706 Ofícios do Presidente de Província ao Ministro da Justiça, 1826-1830.

²⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça IJ¹ 705 Ofícios dos Presidentes da província ao Ministro da Justiça, 1823-1825.

²¹ Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar. Repartição de Instrução pública, p.231.

²² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. *IJJ4-7 Ministério do Império, Assembleia Geral e Registro de Correspondência. 1824-1829.

²³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. IJJ9-334, Correspondência de Província 1829-1830, v.19, p.194-196.

assumisse as aulas de Filosofia.²⁴ Ele também foi professor do Liceu, criado em 7 de setembro de 1837, na cadeira de Filosofia. Os dois padres estiveram juntos, tempos depois, como membros do Conselho de Instrução Pública da província.²⁵

O vigário Vicente Ferreira de Oliveira, da freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, morador da Ladeira do Carmo,²⁶ foi indicado pelo presidente Gordilho de Barbuda, em 22 de abril de 1829, para ser o responsável pela Biblioteca Pública da Bahia. O argumento a seu favor resultou do seu “interesse, zelo e atividade, além de outras circunstâncias” quando foi nomeado pelo Conselho de Governo, para fazer parte da comissão que deveria examinar e remediar a difícil situação da Biblioteca. O Governo aceitou a indicação.²⁷

No Recôncavo, atuou o padre Manoel José Gonçalves Pereira. Vigário na freguesia de Saubara, no termo da vila de Santo Amaro, foi quem comandou os povos do lugar contra as barcas de Madeira. O presidente Viana, no ofício de 10 de novembro de 1824, em que fazia recomendações sobre algumas pessoas da província que mereciam “prêmios” do Governo central, elogiou a atuação desse eclesiástico, que “tem mostrado firmeza de caráter, e os mais nobres sentimentos na causa do Império” e por isso sugeria que fosse promovido a dignidade de Deão, ou Chantre da Sé Metropolitana, dignidades que se acham vagas ou outro qualquer premio²⁸. A recomendação foi atendida pois, em 1845, aparece na relação da repartição eclesiástica, do *Almanach da Bahia*, como Deão do Recôncavo.²⁹

O padre José Maria Bryner foi nomeado Capelão da Relação da Bahia, por Carta Régia de 21 de abril de 1824.³⁰ Lourenço da Silva Magalhães era o vigário da freguesia de São Pedro Velho³¹ e o reverendo padre João Duarte da Silva Uzel, membro da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.³²

Entre os Conselheiros, havia três médicos que também foram professores. Constituíram 6,0% do Conselho Geral. Francisco de Paula Araujo e Almeida, formado na Universidade de Bolonha, mas sem informação acerca da conclusão, Antonio Policarpo Cabral, formado em Coimbra, em 1817 e Francisco Marcelino Gesteira.³³ Os dois primeiros começaram no magistério como professores substitutos no Colégio Médico Cirúrgico da

²⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. Negócios de Província e Estado. *IJJ9- 540 - Registro de Decretos e avisos a diversas autoridades. 1826-1844.

²⁵ Almanak civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Instrução Pública, p. 326. Salvador, 1998, edição fac-similar.

²⁶ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Repartição Eclesiástica, p.270. Salvador, 1998, Edição fac-similar.

²⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior IJJ9- 334. Correspondência de presidente de Província. 1829-1830. V.19.

²⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. *IJJ9-540 Registro de Decretos e avisos a diversas autoridades. 1826-1844.

²⁹ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Salvador, 1998, edição fac-similar. Repartição Eclesiástica, 265.

³⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça. Ij¹ 705. Ofícios dos presidentes de província ao Ministro da Justiça, 1823-1825.

³¹ Este dado consta da transcrição da certidão de casamento e óbito de Pedro Ferreira Bandeira. BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo e Aragão. Família Bandeira. IN: *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Ano 1, N. 1 Bahia, Imprensa Oficial, 1945, p. 79-80. E no Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Repartição de Instrução pública, p.106. Salvador, Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar.

³² Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Livro 6º de Termos de Irmãos 30/10/1797 a 27/11/1834. Estante A, numeração 6; Salvador,.

³³ As informações sobre as instituições de formação dos dois primeiros conselheiros constam da relação dos estudantes brasileiros de MORAIS Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940. Para Francisco Marcelino Gesteira ainda não localizamos a instituição de formação, mas seu nome consta no Almanach da Bahia, para o ano de 1845, como lente da Faculdade de Medicina. IN: Almanak civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Instrução Pública, p.322. Salvador, 1998, edição fac-similar.

Bahia.³⁴ Por Carta Régia, de 2 de julho de 1824, Araujo de Almeida foi nomeado lente substituto da Cadeira Cirúrgica, com salário de 300 mil réis anual.³⁵ Em 3 de julho de 1829, assumiu a cadeira de Química, depois de ter passado pela de Matéria Médica e Farmácia.³⁶ Foi diretor do Colégio Médico –cirúrgico da Bahia de 1833 até 1844.³⁷

Em 22 de abril de 1825, Antonio Policarpo Cabral, morador da cidade da Bahia, na Rua Direita dos Barris, era Delegado da Provedoria Mor da Saúde e apoiou os Guarda da saúde que reivindicavam aumento de ordenado.³⁸ Em 1827, junto com Francisco Paula de Araujo e Almeida, atuou como médico do Hospital Militar da Bahia. Em 14 de julho de 1829, Antonio Policarpo Cabral solicitou ser nomeado como lente substituto para o Colégio Médico-cirúrgico da Bahia. É possível que tenha logrado êxito, e essa experiência o tenha credenciado, tempos depois, para professor da Faculdade de Medicina. Seu nome aparece no *Almanach da Bahia* como membro dessa instituição, para o ano de 1845, na cadeira de Clínica interna.³⁹ Do quadro dessa instituição, fez parte, também, o doutor Francisco Marcelino Gesteira, que ocupou a cadeira de professor do 5º ano.⁴⁰ Na sessão de 13 de abril de 1833, o Conselho de Governo aceitou a indicação do Comandante Superior das Guardas Nacionais para que esse médico fosse nomeado Cirurgião Mor da 2ª Legião.⁴¹

Quatro conselheiros estavam vinculados a outras repartições públicas. Cristovão Pessoa da Silva, Lázaro Manuel Moniz de Medeiros, Felipe Manuel de Castro e Inocêncio José de Castro. Eles trabalharam no Tribunal da Junta da Fazenda, antes mesmo da independência. Representavam 8,2%. Cristovão Pessoa da Silva era Oficial da Secretaria da Junta da Fazenda e aí trabalhou por mais de catorze anos, antes do Tribunal da Fazenda ser transferido para a vila de Cachoeira, durante a ocupação de Salvador pelas tropas portuguesas. Felipe Manoel de Castro, em 1812, era o escriturário da *Repartição recebedora geral dos dízimos e dos novos subsídios do açúcar, tabaco, e algodão*.⁴² Em 25 de abril de 1823, aparece como primeiro oficial da Contadoria, na *Relação dos oficiais que compõem as diversas repartições da Junta da Fazenda Pública desta Província da Bahia ora existente na Vila de Cachoeira*.⁴³ E o contador Lázaro Manuel Muniz de Medeiros, em 1824, foi nomeado

³⁴ Até a segunda metade do século XIX, o serviço médico no Brasil foi bastante deficitário. Cirurgiões e médicos eram raros. As primeiras escolas cirúrgicas foram criadas no Brasil com a chegada da Corte portuguesa. A da Bahia, logo em 18 de fevereiro de 1808. Essa escola foi reorganizada em 1813, quando deu origem aos Colégios Médico-cirúrgicos. O da Bahia foi criado em 1815. A partir desse momento, os cirurgiões passaram a ser diplomados. No entanto, os profissionais não diplomados, como os “práticos”, não deixaram de exercer suas atividades. Mas, a formação em medicina foi exclusividade das universidades europeias até 1832, quando os Colégios Médico-cirúrgicos foram transformados em Faculdades de Medicina. Sobre as Faculdade de Medicina no Brasil ver: SCHWARCZ, Lilia, Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993. Especialmente capítulo 6.

³⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. *IJJ9-540 Registro de Decretos e avisos a diversas autoridades. 1826-1844.

³⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. *IJJ9-540 Decretos e avisos a diversas autoridades. 1826-1844.

³⁷ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Velho Sobrinho, J. F. Dicionário bibliográfico brasileiro. Aarão Garcia-Azevedo Castro. Rio de Janeiro, 1937. Vol.1, p. 511. .

³⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. *IJJ9-331. Correspondência Presidente de Província. V.16, p 178.

³⁹ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Instrução Pública, p.322. Salvador, 1998, edição fac-similar.

⁴⁰ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Instrução Pública, p.322, Salvador, 1998, edição fac-similar.

⁴¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Atas do Conselho de Governo da Província da Bahia. Anais do Museu da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, v. XVI, 1929, p. 59.

⁴² Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812. P. 127. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar.

⁴³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série interior. *IJJ9 549 Ofícios do Governo da Bahia. Correspondência Presidente de Província, v.14 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

para Escrivão da Junta da Fazenda, o que teria gerado desentendimento com o antigo escrivão Francisco de Paula Athaide e Seixas.⁴⁴ Lázaro se manteve no cargo até pelo menos 22 de março de 1825, de acordo com correspondência expedida ao presidente da província.⁴⁵ Antes de ocupar esse cargo, ele era escrivão da Intendência Geral da Marinha.⁴⁶ Todos os documentos ressaltam a competência e a defesa da causa da independência por esses futuros conselheiros.

Os Conselheiros identificados como comerciantes também desempenhavam outras atividades. Alguns eram proprietários de terras ou ocupavam cargos no Estado. Joaquim Carneiro de Campos, que também faz parte desse grupo, aparece como provedor da Alfândega da Bahia, na correspondência com o presidente da província em relação aos cuidados com as folhas de cobres, para não aumentar a circulação de moedas falsas, em 5 de novembro de 1830.⁴⁷ Corresponderam a 10,2% dos componentes. Antonio Vaz de Carvalho talvez seja um dos exemplos mais completos dessa condição. Foi Juiz de Fora, em Cachoeira e fez parte da Relação da Bahia, como apontado anteriormente. Junto com Francisco José Lisboa, aparece como membro do corpo de comércio da Bahia.⁴⁸ A condição de abastados comerciantes valeu a ambos o reconhecimento da Corte quando, em 3 de maio de 1819, por retribuição “a franqueza com que se prestam com seus cabedais para tudo quanto é do Serviço Real”, receberam a mercê da comenda da Ordem de Cristo, em suas vidas.⁴⁹

Outro Conselheiro que reúne as condições de negociante e outras atividades é João Gonçalves Cezimbra. Morador na Rua das Pedreiras, fazia parte do corpo de comerciantes e participou ativamente da vida política da cidade, quer ocupando cargos eletivos, quer em instituições ligadas às atividades comerciais.⁵⁰ Em 1828, foi eleito membro do Conselho de Governo, e também suplente de Juiz de Paz, da Freguesia da Sé, em Salvador.⁵¹ Foi irmão definidor da Santa Casa de Misericórdia entre 1831-32. Em 1832, assumiu a Comissão de Comércio, da Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação, fundada na vila de S. Francisco do Conde, em 10 de março desse ano. Foi também inspetor da tesouraria provincial, em 1845.⁵²

As patentes militares também identificaram alguns dos conselheiros. Porém, essa titulação está associada à condição de grandes proprietários de terras, e podemos considerar como mais um indicador da influência ou prestígio que desfrutavam nos termos das vilas e cidade onde possuíam suas propriedades. Não era raro que a condição de militares e proprietários de terras fosse ocupada pelos mesmos indivíduos, uma vez que, desde o período

⁴⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série interior. *IJJ⁹ 549 Ofícios do Governo da Bahia. Correspondência Presidente de Província, v.14

⁴⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior. *IJJ9-331 Correspondência de Presidente da Província. 1825. v.16. p.149-150

⁴⁶ *Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812*. Repartição do Exército-Marinha, p. 141. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar.

⁴⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. Negócios de Província e Estado. IJJ9-334. Correspondência de presidente de Província. V.19, 1829-1830.

⁴⁸ *Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812*. Corpo do Comércio, p. 205 a 208. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar.

⁴⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Livro 6º de Termos de irmãos 30/10/1797 a 27/11/1834, pg.154. Estante A, numeração 6 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia . Ministério do Império, fundo 53, Cod. XV, Livro 7, Fl 40v.

⁵⁰ *Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812*. Corpo do Comércio, p.208. Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar.

⁵¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior IJJ9-334. Correspondência de Presidente de Província, v. 34 1829-1830.

⁵² *Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845*. Salvador, 1998, edição fac-similar.

colonial, a defesa e manutenção da ordem em terra foram delegadas pela Coroa aos proprietários rurais.

O pequeno contingente do Exército real obrigou a Coroa a organizar forças militares auxiliares como as milícias e ordenanças, cujas chefias estiveram nas mãos desses proprietários.⁵³ É possível, também, que estejam associadas ao comando provisório que tiveram das forças armadas, no enfrentamento com os lusitanos, na guerra de independência. Até então, não identificamos nenhuma situação que indique que a carreira militar fosse a atividade principal ou formação específica dos conselheiros que ostentavam essas patentes. No entanto, eles estão identificados nas listas eleitorais, nos documentos entre as autoridades provinciais e nos trabalhos de genealogia com as devidas credenciais. Corresponderam a 10,2%. Pedro Ferreira Bandeira, que atuou como comissário do Exército Pacificador, foi condecorado com o posto de Brigadeiro e com a medalha da “Restauração da Bahia”.⁵⁴ Simão Gomes Ferreira Vellozo e Bento de Araujo Lopes Vilas Boas tinham a patente de coronel.⁵⁵ Este último foi o representante do General Pedro Labatut, na sessão da Câmara de Cachoeira, de nove de janeiro de 1823, que apoiou a aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil.⁵⁶ Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque assim como Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão foram capitães- mores, ou seja, comandantes das Ordenanças da capital e da vila de São Francisco do Conde, respectivamente.⁵⁷ José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes foi confirmado como capitão de Companhia, na vila de Santo Amaro, em 24 de março de 1819.

Esses conselheiros estiveram juntos em momentos políticos cruciais para a província. Após a expulsão das tropas portuguesas, a Junta de Governo, nomeada pelo Imperador para governar a Bahia, era composta por seis membros, dentre os quais, cinco futuros membros do Conselho Geral de Província. Foram eles: Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Ignácio Siqueira Bulcão, Antonio Augusto da Silva, e Manoel Gonçalves Maia Bitencourt.⁵⁸

Joaquim Ignácio Siqueira Bulcão foi presidente da Junta da Fazenda da província no período do pós-independência.⁵⁹ Na resposta que Viana deu ao governo, sobre aqueles que se destacaram no enfrentamento com os lusitanos, afirma que “o capitão-mor Siqueira Bulcão, consumiu a maior parte de sua fortuna na defesa dos direitos de Sua Majestade Imperial”. A defesa de Viana vai além. Segundo seu juízo, “o ilustre proprietário”, “bem quisto e considerado em seu termo” foi um dos primeiros que compareceram na Câmara da Vila de S. Francisco para ratificar os protestos da sua obediência e fidelidade a Sua Majestade Imperial, sossegar a pública agitação daquele Termo, e subscrever a Ata feita pela sobredita Vila”. Por isso avaliou que ele era merecedor da Imperial Munificência de S. M. Imperial. Nesse mesmo ofício, Viana recomendou o capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque,

⁵³ Sobre a composição das forças militares no Brasil ver URICOECHEA, Fernando *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, especialmente capítulo 2.

⁵⁴ SIRIANNI, Victor. Vultos Ilustres. IN: *Revista do Instituto genealógico da Bahia*, N.17, Edição comemorativa dos 25 anos da fundação. Salvador, Bahia, 1971. P.111-125.

⁵⁵ Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Atas da freguesia e Vila de Jeremoabo, Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão e freguesia de Monte Santo, e da Vila de Itapicuru de Cima para o Conselho Geral de Província. Coleção: Eleitorais. Ata de Eleições de diversos municípios. 1824-1889.

⁵⁶ As Câmaras Municipais e a Independência. Conselho federal de Cultura/ Arquivo Nacional. 1973, v. 1, p.136-137.

⁵⁷ Essas patentes aparecem no ofício que o presidente enviou ao Governo, reforçando o merecimento desses futuros conselheiros em receber o reconhecimento do Império pela defesa da independência do Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior. Negócios de província e Estado. *IJJ9-549 – Correspondência de Presidente de Província, 1823-1824.

⁵⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça. IJ¹ – 1077 Ofícios de Presidentes de Província. 1829-1830.

⁵⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824.

“que muito concorreu para expulsão dos lusitanos, por ser o Presidente do governo central estabelecido na Vila de Cachoeira”, para ser agraciado também pelo Imperador.⁶⁰

Durante o período do nosso estudo, podemos dizer que a elite baiana era restrita e, por isso, parte de se seus membros ocuparam, em períodos alternados ou concomitantemente, vários cargos de representação política. Antes de assumirem o lugar de membros do Conselho Geral de província, vários conselheiros já tinham exercício em outros espaços de poder. Na Câmara da capital, Francisco Antonio de Souza Uzel e Francisco José Lisboa estavam entre os vereadores, em 20 de setembro de 1823.⁶¹ Em 6 de março de 1824, foi a vez de Luis dos Santos Lima.⁶² Em 1830, esse lugar foi ocupado por Inocêncio José de Castro, José de Barros Reis e Cristovão Pessoa da Silva Filho.⁶³ José de Barros Reis continuou como membro das instituições municipais, em 1845 era secretário da Câmara Municipal da Bahia e morador dessa cidade, na rua do Tigui.⁶⁴

O Conselho de Governo foi também outra esfera de atuação. Em 30 de outubro de 1824, foram eleitos: o tenente coronel Manoel Ignacio da Cunha e Menezes, Capitão Mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Padre José Cardoso Pereira de Melo, Desembargador Antonio da Silva Teles, Desembargador Antonio Augusto da Silva e João Ladislau de Figueredo e Melo, sendo Antonio Vaz de Carvalho, o sétimo em votos.⁶⁵ Ou seja, dos seus seis membros, cinco deles, 83% faziam parte também do Conselho Geral de Província, entre 1828 e 1834.

Em 1828, o percentual diminuiu para 66%, mas continuou sendo maioria. Quatro membros do Conselho de Governo, em junho de 1828, seriam também membros do Conselho Geral da Província: o Barão de Jaguaribe – Francisco Elesbão Pires de Carvalho, João Ladislau de Figueredo e Mello, Pedro Ferreira Bandeira e Vicente Ferreira de Oliveira.⁶⁶ De acordo com a ata de 6 de julho de 1830, faziam parte do Conselho de Governo os também membros do Conselho de Província, João Gonçalves Cezimbra, Luis dos Santos Lima e Vicente Ferreira de Oliveira, ou seja, 50%.⁶⁷ Em 1832 e 1833, o percentual aumentou, 83%, se incluirmos o presidente da província. Assinaram a Ata do Conselho de Governo: Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, o presidente da província, Vicente Ferreira Viana, João Ladislau de Figueredo e Melo, Manoel José Gonçalves Pereira, Antonio Pereira Rebouças, que foram membros também do Conselho Geral de Província.⁶⁸ Nas sessões de março de 1833, Inocêncio José Galvão aparece como conselheiro, assinando as Atas, e o Conselho fica com sete membros.⁶⁹

⁶⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824.

⁶¹ As Câmaras Municipais e a Independência. Conselho Federal de Cultura/ Arquivo Nacional. 1973, v.1, p.149.

⁶² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Justiça *IJ¹ 705 Ofícios dos Presidentes da Bahia ao Ministério da Justiça, 1823-1825. Os demais membros eram Luis Paulo de Araujo Bastos, José Rodrigues de Figueredo, José Maria Pina e Melo e José Pires de Carvalho e Albuquerque. Pasta 3 e 10.

⁶³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior *IJJ9- 335- Correspondência do Presidente da Província, v. 20, 1830.

⁶⁴ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Municipalidade, p.336. Salvador, 1998, edição fac-similar.

⁶⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824. P.61

⁶⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Justiça IJ¹ 1076 Ofícios dos Presidentes 1828.

⁶⁷ O Conselho de Governo se completava com Manoel Gonçalves Pereira, Justino Nunes Sento Sé e Luis Paulo de Araujo Bastos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior Negócios de Província e Estado. *IJJ9-334, v 19, 1829-1830.

⁶⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Atas do Conselho Geral de província. Anais do Museu da Bahia. Imprensa Oficial do Estado. V. XVI, 1929.

⁶⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Atas do Conselho de Governo da Província da Bahia. Anais do Museu da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, v. XVI, 1929, p.48-49.

Alguns conselheiros da província assumiram mandatos na esfera política nacional, como deputados gerais. Na sessão preparatória de 1º de maio de 1826, para reabertura da Assembleia Geral, estavam presentes os deputados pela Bahia e futuros Conselheiros: José Cardoso Pereira de Melo, Antonio Silva Teles, Antonio Augusto da Silva e José Ribeiro Soares da Rocha. Um ano depois, juntou-se a esses João Ricardo da Costa Dormund.⁷⁰ Em 1832, participaram como Deputados da Assembleia Geral, José Honorato de Barros Paim e Antonio Rebouças.⁷¹

Entre os Conselheiros, três deles assumiram o maior cargo no executivo provincial. Em 20 de dezembro de 1830, João Ricardo da Costa Dormund foi nomeado para a presidência da província do Ceará.⁷² Na Bahia, assumiram a presidência Honorato José de Barros Paim, no período de 23 de junho de 1831 a 28 de janeiro de 1832, quando pediu demissão, alegando que iria tomar posse do seu lugar de deputado.⁷³ Em 1845, era membro do Tribunal da Relação da Bahia.⁷⁴ Joaquim José Pereira de Vasconcelos, quando sucedeu a Barros Paim na presidência, já possuía larga experiência e participação na vida política da província. Ao longo de seus 96 anos de idade, assumiu a presidência da província três vezes. No período que corresponde a essa pesquisa, governou a Bahia de 4 de junho de 1832 a 10 de dezembro de 1834.

O perfil dos conselheiros ainda está incompleto, mas contribui para a ampliação do conhecimento de parte da elite política baiana que construiu o Conselho Geral da Província, como espaço de poder político, durante os conturbados anos do início do século XIX, na Bahia.

REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick J. Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos títulos no Brasil imperial. *Mensário do Arquivo Nacional*, nº 6, Rio de Janeiro, 1973. p.4-21.

MALERBA, Jurandir. De homens e títulos: a lógica das inserções sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da Independência. In: MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV. 2006. p.153-177.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores, e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005,

⁷⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior- Negócios Políticos, IJJ⁴ - 24, Ministério do Império- Câmara dos Deputados- Ofícios, 1826-1829. Além desses, estavam presentes em 1826, os deputados Antonio Ferreira França, Marcos Antonio de Souza, José Lino Coutinho, Luis Paulo de Araujo Bastos e Luiz Pedreira de Couto Ferraz. Em 1827, mais José Avelino Barbosa e Manoel Antonio Galvão.

⁷¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior *IJJ⁴ -7 Negócios Políticos- Ministério do Império, Assembleia, Registro de correspondência a diversos. 1824-1829.

⁷² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Série Interior *IJJ9- 336 Correspondência de presidente de Província, v21, 1831-1832 e*IJJ9- 540 Decretos e avisos a diversas autoridades. O nome de Ricardo Dormund não consta da relação dos presidentes de província apresentado por Vicente Tapajós. TAPAJÓS. Vicente *Organização Política e Administrativa do Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984, v.9, p.253-254.

⁷³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Interior *IJJ9- 336 Correspondência de Presidente de Província, v21, 1831-1832.

⁷⁴ Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845. Repartição Judiciária, p. 374. Salvador, 1998. Edição fac-similar.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007. (Coleção Bahia de Todos)

SANTANA, Angela. *Santa Casa de Misericórdia e sua prática educativa, 1862-1934*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2012

SCHWARCZ, Lilia, Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

TAPAJÓS, Vicente. *Organização Política e Administrativa do Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984, v.9, p.253-254.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX*. Salvador: Cian, 2011. (Coleção A viagem de Naeyer)

SIRIANNI, Victor. Vultos Ilustres. IN: *Revista do Instituto genealógico da Bahia*, N.17, Edição comemorativa dos 25 anos da fundação. Salvador, Bahia, 1971, p. 111-115.

URICOECHEA, Fernando *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978, p. 111-125.

